

Nem mesmo assistente jurídico aceita virar defensor público

Trem da alegria. Assim está sendo chamada a transformação dos 307 assistentes jurídicos do Estado em defensores públicos adjuntos. Isso desagradaria tanto aos 363 defensores públicos que recentemente ganharam uma Procuradoria Geral com status de secretaria de Estado quanto aos assistentes jurídicos que sonham com algo melhor — sua transformação em procuradores do Estado. Caso viague o projeto da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte que passa os assistentes jurídicos da União para seus procuradores, quando o texto constitucional federal fosse adaptado pela Constituinte estadual, os atuais assistentes jurídicos passariam a procuradores.

A idéia inicial do governador Moreira Franco era colocar os assistentes jurídicos em disponibilidade, aposentando-os com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. A classe reagiu.

— Temos 27 anos de existência, somos advogados do Estado — protestou Pedro Alvarenga Santiago, da Associação dos Assistentes Jurídicos do Estado, que, entretanto, entre as funções exercidas por sua classe — “chefiar, integrar ou exercer assessoria jurídica, emitir pareceres, acompanhar no Fórum demandas de interesses do Estado e confeccionar contratos” — não coloca o principal trabalho do advogado, que é defender uma das partes em um processo judicial.

Defesa — Os assistentes jurídicos estão espalhados pela Procuradoria Geral do Estado — 100 deles —, Secretaria de Administração — mais 100 — e pelas demais secretarias. Na Administração, o secretário Roberto Richelette chegou a incluí-los no quadro de funcionários da secretaria. Os Procuradores tentam agora se livrar deles tentando ver sua categoria subitamente engrossada e com menor poder reivindicatório.

A sugestão apresentada ao governador foi de colocá-los na PGDP, recém-criada e com os quadros ainda não sobrecarregados. Surgiram novos protestos.

Eles só “valem” 10% de uma secretária

No início do Governo Moreira Franco, dois secretários de Estado discutiam pelo telefone a falta de pessoal adequado em suas secretarias.

“Preciso urgente de uma boa datilógrafa. Você tem uma aí em sua secretaria para me ceder?”

“Tenho sim, o que você me daria em troca?”, respondeu o outro.

“Ah, tenho aqui 10 assistentes jurídicos que não fariam falta. Pode ficar com eles”, encerrou o primeiro.

O diálogo existiu e, mesmo que um dos secretários tenha exagerado, ele mostra bem o “valor de mercado” na adm-

ministração estadual dos assistentes jurídicos, uma categoria que existe desde 1960. Curiosamente, a única área onde eles não conseguiram penetrar era a da Procuradoria Geral da Defensoria Pública, agora ameaçada de vê-los aterrissarem em seus quadros.

— Seria um retrocesso em nossa instituição, na qual se entra por concurso há mais de 20 anos — explicou Roberto Vitagliano, presidente da Associação dos Defensores Públicos, se isso acontecer, ele diz que a classe entra com uma ação popular arguindo a inconstitucionalidade da medida, “porque contraria a Constituição Federal que em seu artigo 97, proíbe o enquadramento automático nos quadros providos por concurso”.

— Não sei por que escolheram a defensoria pública para despejá-los. Houve um erro de avaliação. Talvez pensem que, por ser uma carreira só recentemente institucionalizada, ela ainda esteja desprotegida e vulnerável a nomeações e absorções de novos quadros — comentou o secretário de Justiça Tício Lins e Silva, que também é o procurador geral da Defensoria Pública.

Segundo ele, “a DP, exatamente por ter virado procuradoria há pouco tempo, está se desenvolvendo dentro dos modernos critérios de administração que não admitem contratações sem concurso de pessoas sem o perfil ideal da carreira”.

Tício foi procurado por uma comissão de assistentes jurídicos que pediram a criação, na Secretaria de Justiça, de uma *coordenadoria da assistência jurídica*, a exemplo do que existia quando os defensores públicos ainda não tinham sua procuradoria — criada em meados de 87. Mas, pelas características do trabalho e pelo fato de um terço deles já trabalhar na Secretaria de Administração, Tício considera que eles se encaixariam melhor naquela secretaria, que se encarregaria de cedê-los para as demais.

Concurso — O defensor público Luís Gustavo Castanho de Carvalho, assessor da PGDP e integrante da banca de concurso para a defensoria, é um dos

mais assustados com a possibilidade de ganhar novos colegas.

— Tenho sentido entre os candidatos uma grande apreensão e muita revolta por terem de se submeter a um concurso difícilíssimo, com nove provas durante vários meses e ver gente entrando para a carreira praticamente pela janela.

Os assistentes jurídicos também se defendem e dizem que preferem ficar onde estão.

— Não admitimos ser tratados como ignorantes e mal formados. Um advogado é um advogado, não sendo melhor que o outro por exercer função de juiz, delegador ou procurador. Apadrinhados existem em todo o serviço público, inclusive nas altas esferas do Poder Judiciário. Não devemos julgar nossa categoria, que não pediu para ser criada, por causa de meia dúzia — assinalou o presidente da associação, Adilson Silva.

O assunto é polêmico e até mesmo o presidente da Assembleia Legislativa, Gilberto Rodrigues, que a princípio defendeu a transformação em defensores públicos, recuou quando viu que tinha mexido numa casa de marimbondos. Mas as pressões são muitas e vêm desde o Governo Leonel Brizola, que fez uma lei transformando os assistentes jurídicos em procuradores especiais do Estado.

O mesmo Rodrigues, na época apenas deputado pelo PMDB, encaminhou representação ao Supremo Tribunal Federal arguindo a inconstitucionalidade da lei. O STF julgou-a inconstitucional. Hoje em dia, continuam as pressões contra o governador Moreira Franco que vem sistematicamente indeferindo processos de acesso a funcionários públicos a assistentes jurídicos. Vem de todos os lados: do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Wellington Moreira Pimentel, que tem uma sobrinha assistente jurídica, do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Fonseca Passos, que tem duas filhas nessa função, e de vários juizes, desembargadores e deputados que têm apadrinhados na categoria.

— Apesar de formados em direito, eles têm pouco contato com a área jurídica — garante um promotor.

— Uma minoria capaz presta serviços aos procuradores do Estado ou exerce, realmente, assistência jurídica. Mas boa parte limita-se a assinar o ponto, pois tem outro emprego ou profissão. Há assistentes jurídicos trabalhando como seguradoras, guardas de presídio, datilógrafos e até técnicos de TV. Poucos podiam exercer função de advogado — denuncia uma defensora pública mantendo a identidade em sigilo.